

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Termo de Referência 72/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
72/2026	984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG	RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA	06/05/2026 11:44 (v 0.4)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		PRC 62/2026

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2026

PRC nº 62/2026

equisição nº 05/2026, 007/2026	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social
esponsável pela demanda: Ana Paula Salvador Pedroni Castro	
-mail: admsocial.leopoldina@gmail.com	Telefone: 0800-555-1172 Ramal-5707

OBJETO
1. aquisição de aparelhos de ar-condicionado destinados à Casa do Aconchego e a Casa do dolescente, por meio de emenda impositiva ao Orçamento Municipal desta Secretaria para o

- io 2026, indicada pelo Vereador Cícero Rodrigues, bem como aquisição de ventiladores de parede com vista ao atendimento da Emenda Parlamentar nº 202336820005 destinada a substituição Asilo Santo Antônio do município de Leopoldina – MG.
2. O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.
3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
4. Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.
5. A licitação será por itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
1	Ar condicionado 18.000 Btus Tipo: Split Modelo: Split Dual Inverter Voice Capacidade Refrigeração: 18.000 BTUs Tensão: 110/220 V Controle Remoto/Display/Digital/Timer3 /Selo Procel Classificação Energética A Serpentina em cobre – resistência e durabilidade Filtro antibacteriano lavável Funções Resfriar, Ventilar, Desumidificar Catmat: 440744	UNID	04	31/12/26	N
	Ventilador de parede				

2	<p>Especificações mínimas:</p> <p>Com suporte de fixação em parede;</p> <p>Grade metálica de proteção;</p> <p>Tensão: 127V;</p> <p>Número mínimo de 6 pás;</p> <p>Cor: preferencialmente prata ou similar;</p> <p>Estrutura predominantemente metálica;</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Altura aproximada de 60 cm ($\pm 10\%$);</p> <p>Largura aproximada de 60 cm ($\pm 10\%$);</p> <p>Profundidade aproximada de 31 cm ($\pm 10\%$);</p> <p>Potência máxima aproximada de até 220W;</p> <p>Mínimo de 3 velocidades;</p> <p>Oscilação horizontal automática;</p> <p>Inclinação vertical ajustável;</p> <p>Grade com diâmetro aproximado de 60 cm;</p> <p>Hélice com diâmetro aproximado de 50 cm;</p> <p>Grade removível para limpeza;</p> <p>Com eficiência energética compatível com baixo consumo para a categoria.</p> <p>CATMAT: 462426</p>	UNID	05	31/12/26	N
---	--	------	----	----------	---

1.6. As especificações técnicas estabelecidas representam parâmetros mínimos de qualidade e desempenho necessários para atendimento adequado da instituição beneficiária, não havendo direcionamento a marca ou modelo específico. As medidas indicadas são aproximadas, admitindo variação técnica compatível com o mercado, de modo a preservar a competitividade do certame.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a necessidade de aquisição de aparelhos de ar-condicionado para os abrigos de crianças e adolescentes do Município de Leopoldina, por meio de emenda impositiva ao Orçamento Municipal desta Secretaria para o ano 2026, indicada pelo Vereador Cícero Rodrigues. Os abrigos institucionais acolhem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, afastados temporária ou definitivamente do convívio familiar, sendo dever do poder público assegurar condições dignas de acolhimento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Nesse contexto, a garantia de um ambiente salubre, seguro e confortável é essencial para a proteção integral, o bem-estar físico e emocional e o desenvolvimento saudável dos acolhidos. Considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 089/2025, PRC nº 196/2025, no qual o item “ventilador de rede” restou frustrado, justifica-se a necessidade de repetirmos o procedimento licitatório para a aquisição do referido item. Cabe destacar que o item em questão faz parte da Emenda Parlamentar nº 202336820005 para Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, e necessitam ser adquiridos pelo município e repassados a entidade beneficiária Asilo Santo Antônio de Leopoldina-MG. O item está contido no Plano de Trabalho cadastrado no SIGTV (Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias) e aprovados pelo Ministério da Cidadania.

3. SOLUÇÃO

1. Indica-se que seja realizada as aquisições com fornecedor que apresentarem melhor proposta de preço, objetivando melhor custo-benefício, por meio de pregão eletrônico para aquisição dos itens contidos no Anexo 1 deste Termo de Referência atenderemos a Emenda Parlamentar supramencionada que beneficia o Asilo Santo Antônio e para os abrigos de crianças e adolescentes do Município de Leopoldina.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
2. Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.
3. Para fins de qualificação técnica, a futura contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação.
4. A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante/proponente.

6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. Os contratados deverão fornecer os itens do tópico 1 atendendo as especificações dos produtos, além de atender a todas as cláusulas contratuais.

8. Responsabilizar-se pela entrega dos produtos até o endereço determinado pela Contratante respeitando os prazos fixados pela Ordem de Fornecimento.

9. Realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, mesmo que não tenham sido contratados.

10. Os bens constantes do objeto do contrato deverão ser entregues a contar da assinatura do contrato.

11. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município.

12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13. Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto.

14. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município.

15. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do Município.

16. Responsabilizar por todas as providências e por todas as obrigações, estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços contratados, ou de serviços conexos com os serviços contratados.

17. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

18. Em observância ao disposto no Decreto nº 5.570/25, esta contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, compatíveis com o objeto e as condições de execução contratual, de modo a promover o desenvolvimento nacional sustentável.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

1. Os itens serão entregues na Secretaria de Assistência Social: Rua Tiradentes, nº 112. CEP: 36.700-056 Leopoldina/MG, telefone: 0800-555-1172 Ramal-5707, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando-se o prazo e local indicado para entrega.

2. O prazo de entrega do produto é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em uma única vez, ou seja, o contratado deverá entregar o quantitativo total apresentado na Ordem de Fornecimento.

3. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

4. Os produtos deverão atender a todas as especificações/normas estabelecidas pela Contratante no edital de licitação.

5. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6. A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

6 - VIGÊNCIA DO OBJETO

1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data de sua publicação no PNCP.

7- GESTÃO DO CONTRATO

1. Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela servidora **Thamyres Amaral de Carvalho Miranda**.

2. As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no Art.20 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

3. A fiscalização do contrato será exercida pela funcionária **Marina Mendes Machado**.

4. O Fiscal do Contrato, a funcionária da Secretaria **Marina Mendes Machado** será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização.

4. O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências ou eventuais verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5. A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

6. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

7. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado num prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto desta secretaria, comprovando os serviços. A Nota Fiscal emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do processo, n.º do Pregão e da Ordem de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9- FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. O fornecedor será selecionado através de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, menor preço por item, ou grupo desde que seja justificado desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do certame e seus anexos.

2. Não será permitida a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.

3. Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público. Voltando-se para a análise da situação no caso em exame o objeto do certame, aquisição de materiais de consumo, não se esbarra nas questões de maior vulto e de maior complexidade técnica, a justificar a necessidade de formação de empresas em consórcio para participação na licitação, de forma a unir esforços para se conseguir somar qualificações econômico-financeiras e qualificações técnicas.

4. Ademais, o consórcio, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre na espécie, onde se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte das atividades do órgão licitado.

5. A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou PP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.
6. Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

Limitativas do valor da contratação

1- Metodologia

O valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente ao **preço médio** obtido por meio da pesquisa de mercado:

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Aparelho de ar condicionado	UNID	04	R\$ 2.780,20	R\$ 11.120,80
Ventilador de parede	UNID	05	R\$ 311,52	R\$ 1.557,60
TOTAL:				R\$ 12.678,40

Razão da escolha

O tipo de planejamento utilizou-se da ferramenta Painel de Preço e Portal Nacional de Notas Fiscais eletrônicas como fonte fidedigna de pesquisa de preços. Salientamos que as ferramentas utilizadas

tem pesquisar, analisar e comparar as compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, o Siasg, apoiando os gestores públicos nas pesquisas e cotações, promovendo a transparência dos gastos públicos.

Da data dos orçamentos

çamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.

Matriz de Risco:

derando que a presente contratação se trata de aquisição de bem para pronta entrega, o além de comum, ostenta baixa complexidade e valor, a análise pormenorizada dos riscos é-se incompatível com a natureza do objeto, razão pela qual dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação ordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

- Adequação orçamentária

ação orçamentária que suportará o custo total da aquisição deverá ser feita da seguinte forma:

1053 – Recurso Próprio – Emenda Impositiva.

990 – Recurso FNAS - Conta nº 41.737-8 – Banco do Brasil.

Leopoldina/MG, dia 11 de fevereiro de 2026.

Thamyres Amaral de Carvalho Miranda

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA

OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:44:29.